

Cidadania Transcomunicativa em Exercício¹

Paulo Júnior Melo da LUZ²

Universidade Federal do Pampa, São Borja, RS

Resumo

Este trabalho reflete sobre o conceito de Cidadania Transcomunicativa, uma cidadania criada a partir de mulheres transexuais e travestis para construir processos comunicacionais que incluam suas pautas de luta e visibilidade de maneira densa, contextualizada e cidadã. Aqui é trazido um recorte da tese de doutorado defendida em 2022, focando no exercício de cidadania transcomunicativa por parte das interlocutoras e nos processos posteriores à defesa. Para isso, são trazidos os passos metodológicos da pesquisa, contextos midiáticos sobre pessoas trans e travestis, bem como uma análise sintética dos resultados da pesquisa.

Palavras chave: cidadania transcomunicativa; cidadania comunicativa; transexuais; travestis; gênero.

INTRODUÇÃO

Cidadania Transcomunicativa é o termo usado como referência para a cidadania elaborada e refletida de modo colaborativo com mulheres transexuais e travestis na tese de doutorado que desenvolvi entre 2018 e 2022. (LUZ, 2022). A partir de referências sobre cidadania comunicativa e gênero - especificamente relacionado a travestis e transexuais - a Cidadania Transcomunicativa emergiu para dar conta de demandas, lutas, presenças e identidades trans nas mídias que buscam ocupar espaços de representatividade mais justos, dignos e reais.

Seis mulheres transexuais e travestis participam da construção da Cidadania Transcomunicativa trazida nesse texto, colaborando para o desenvolvimento de seis dimensões que compõem o conceito: filosófica/epistemológica; política; popular/das ruas; resistência; esperança; e afeto. Essas dimensões são formuladas e pensadas a partir de entrevistas e diálogos com as co-construtoras e de perspectivas teóricas que refletem a

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Pesquisa – Comunicação para a Cidadania do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado de 4 a 8 de setembro de 2023.

² Professor Substituto no Curso de Relações Públicas da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), email: juniormelodaluz@hotmail.com.

cisgeneridade como padrão normativo social, as transgeneridades, o gênero enquanto lente teórica central, as autoidentificações e autodeterminações de gênero das mulheres transexuais e travestis, as feminilidades e as mulheridades, as corporalidades e identidades trans, e a cidadania transcomunicativa.

As dimensões da cidadania transcomunicativa são trabalhadas com os conhecimentos produzidos pelas co-construtoras, com o compromisso de pensar contradições, dialogias, transcendências aos gêneros, limitações e potências reflexivas. Não pensamos a cidadania transcomunicativa como um conjunto de conquistas individuais, mas como um campo de disputa constante em que não há espera, apesar de haver esperança. Nós formamos uma possibilidade conceitual para pensar formas de inclusão social e efetivarmos direitos que nos conduzam a melhores condições de dignidade.

Para entender os contextos e as realidades das interlocutoras e de mulheres trans e travestis do Brasil foram problematizadas as visibilidades midiáticas de pessoas trans nas mídias, a representatividade política nos âmbitos da política institucional, o funcionamento do sistema cisgênero normativo e as violências sistêmicas de uma necrobiopolítica. Foram também analisadas as autoidentificações das mulheres trans e travestis interlocutoras da pesquisa e as produções de suas corporalidades; as experiências e inspirações midiáticas delas e as afetações nas suas corporalidades.

A proposta deste texto, para apresentação no GP de Comunicação para a Cidadania é um apanhado da tese, focando nos conceitos de cidadania comunicativa e de cidadania transcomunicativa, debatendo possibilidades de articulação e as especificidades de cada uma na luta por uma inserção mais humana e contextualizada das realidades trans nas mídias. São trazidas falas das co-construtoras transexuais e travestis no texto, a fim de situar a teoria em diálogo com a práxis.

METODOLOGIA

A pesquisa se orienta pela perspectiva transmetodológica, combinando teorias e métodos de diferentes áreas do conhecimento no seu tecido construtivo. (MALDONADO, 2015). O transmetodológico não está relacionado à transexualidade, mas às transdisciplinaridades da pesquisa. Metodologicamente, se vale de pesquisa

bibliográfica, pesquisa da pesquisa, pesquisa teórica, pesquisa contextual, pesquisa empírica exploratória e sistemática.

A pesquisa bibliográfica partiu da busca por palavras-chave em buscadores eletrônicos³, já a pesquisa da pesquisa se deu pelo aprofundamento dos materiais encontrados e selecionados na pesquisa bibliográfica, enquanto as pesquisas teórica e contextual foram executadas juntamente com mulheres transexuais e travestis, orientadas pelo que foi produzido por elas e sobre elas, principalmente. Priorizei o trabalho com textos de mulheres transexuais e travestis, entre elas: Letícia Nascimento, Jaqueline Gomes de Jesus, Megg Rayara Gomes de Oliveira, Amara Moira e Paul Preciado, pessoas trans cujas publicações aparecem nos bancos de dados, mas não seus livros ou publicações de editoras. A prioridade foi dada para autoras brasileiras e, além das acadêmicas, também foram convidadas ao debate teórico travestis e mulheres trans como Valéria Barcellos, Luísa Marilac e Jovanna Baby, que são artistas e integrantes de movimentos sociais.

A pesquisa empírica foi construída em colaboração com seis interlocutoras transexuais e travestis, de diferentes regiões do Brasil, com quem foram realizadas imersões empíricas em suas casas, contextos de luta e, também, entrevistas semiestruturadas em profundidade em locais do Rio Grande do Sul (cidades de Sapiranga, Novo Hamburgo e Porto Alegre) e na Casa Florescer, um lar de acolhimento de mulheres transexuais e travestis na cidade de São Paulo (SP).

As interlocutoras da pesquisa foram: Cléo Soares, 49 anos, Sapiranga (RS); Natasha Ferreira, 33 anos, Novo Hamburgo (RS); Natália Cassinelli, 18 anos, Sapiranga (RS); Rihanna Borges, 28 anos, Ilhéus (BA); Flavia Salles, 28 anos, Uberaba (MG); Michelly Oliveira, 26 anos, Sapiranga (RS). As idades são referentes ao período da tese de doutorado, em 2022. As entrevistas com essas mulheres abordaram questões sobre o perfil sociocultural, incluindo dados sobre suas situações de classe, idade, relações familiares, acessos às mídias, etc.; a configuração de suas identidades transexuais e

³ O levantamento bibliográfico foi realizado nos seguintes repositórios: Capes; Compós; Portcom; Scielo; Unisinos; Redalyc; Clacso e Google Acadêmico. Foram utilizadas as palavras-chave: transexual; transexualidade; transgênero; política + transexual; política + transgênero; política + LGBT; políticas públicas + LGBT; necropolítica; gênero + transexualidade; cidadania comunicativa; cidadania transcomunicativa; sujeitos comunicantes; recepção; e receptividade comunicativa. Os filtros utilizados foram a temporalidade de 5 anos (entre 2015 e 2020) e, em casos com poucos resultados, foram pesquisados os últimos 10 anos (2010-2020). No Google Acadêmico foram selecionados os textos por relevância.

travestis, para conhecer suas autodeterminações e identificações de gênero, suas relações com o corpo e transições; suas trajetórias midiáticas para compreender como as suas experiências com as mídias afetam a produção de suas corporalidades e identidades. E um último bloco das entrevistas foi relacionado à cidadania transcomunicativa, para descobrir seus entendimentos sobre cidadania relacionada à comunicação, o exercício dela e suas demandas e pautas de ação cidadã e política. Foram considerados os contextos e particularidades de cada mulher, adaptando as questões para cada uma.

Dialogando com as interlocutoras da pesquisa, foi possível elaborar uma nova forma de pensar cidadania, a cidadania transcomunicativa. Nas análises da tese, foram trazidos espaços para pensar: as autoidentificações e produções de corporalidades das interlocutoras; as experiências e inspirações midiáticas delas nas afetações de suas corporalidades trans e travestis; e as dimensões da cidadania transcomunicativa.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para a composição teórica da pesquisa, foram contextualizados aspectos relativos às articulações de mulheres transexuais e travestis na organização de movimentos sociais e políticos, às visibilidades midiáticas e às relações com o cenário político e econômico brasileiro; situados elementos comunicacionais que constituem as existências e cidadanias das mulheres transexuais e travestis; reconstituídas as trajetórias comunicacionais de mulheres transexuais e travestis e suas relações com as mídias para compreender como participam da formação de suas identidades e corporalidades; e analisadas as experiências e os sentidos colhidos nos diálogos com elas para elucidar e refletir sobre dimensões vinculadas à construção da cidadania transcomunicativa.

Abordando especialmente a visibilidade midiática dada às mulheres trans e travestis, foi possível visualizar que ela ainda é relacionada às demandas dos mercados midiáticos, com narrativas em mídias hegemônicas que não se aprofundam e não trazem educação para o gênero, reduzindo-se ao entretenimento sem densidade ou problematização. Pelo diálogo com as interlocutoras, pensamos que a receptividade comunicativa e as elaborações de novos pensamentos e reflexões conjuntamente podem fazer entender esses contextos de modo diferente, produzindo novos conhecimentos que possibilitem repensar as mídias e gerar exercícios de cidadania transcomunicativa.

Nessa trajetória, é preciso valorizar e colaborar com as epistemologias travestis e transexuais produzidas por mulheres trans e travestis (NASCIMENTO, 2021), que são construtoras da proposta de cidadania transcomunicativa. Compartilhando e refletindo com elas, coletivamente, penso nas resistências e ressignificações possíveis para novos modos de fazer política e produzir mídias, com base nos afetos e emoções (SOUSA, 2021), em espaços próprios de autorrepresentação. (CASTELLS, 2013).

É fundamental a escuta e a participação de mulheres trans e travestis em produções midiáticas que abordem e retratem suas vidas. A norma cisheteronormativa hegemônica está presente nas produções de séries, telenovelas, programas e roteiros de narrativas sobre essas vidas, destoando das realidades delas e usando *transfake*, um recurso que coloca pessoas cisgêneras em papéis transgêneros nas ficções cinematográficas e televisivas. Nos diálogos realizados com as mulheres trans e travestis, foi destacada a importância de maior contextualização, imersão e verdade para que sejam visibilizadas essas vidas de forma densa, dando oportunidades de emprego para produtoras e artistas trans, que podem dialogar melhor com os públicos para contarem suas histórias.

O espaço das pessoas trans e travestis é conquistado com luta, fazendo uso da comunicação para efetivar cidadania transcomunicativa. Porém, as tecnologias do poder e da opressão hegemônicas se espalham enquanto a luta e a resistência cidadã cobram seus direitos e têm acesso a eles. (SOUSA, 2021). As pessoas, quando articuladas em coletivos e grupos de luta conjunta podem efetivar direitos numa práxis cidadã que ressignifica constantemente performances, saberes e epistemologias, como as travestis e transexuais que produzem seus conteúdos, mediatizam suas demandas e se articulam em espaços organizados para suas performatividades e convivências.

A cidadania e a comunicação potencializam a formação das consciências políticas e sociais (PERUZZO, 2012) e podem romper exclusões, problematizando mecanismos que potencializem cidadanias. Articuladas, lutando em conjunto, as mulheres trans e travestis podem ressignificar suas performances, saberes e epistemologias, produzindo conteúdos e mediatizando suas demandas. Em processos sociais, comunicacionais e culturais, suas vivências e experiências são afetadas (SOUSA, 2021), vinculando suas singularidades e identidades plurais em busca de dignidade e cidadania. (CORTINA, 2005).

Na constituição e no exercício da cidadania, a comunicação possibilita a reflexão das relações dos sujeitos com os meios de comunicação para potencializar as suas

existências públicas (MATA, 2006), como fazem algumas interlocutoras nos espaços da internet, ampliando suas histórias para encontrar sororidades. (NASCIMENTO, 2021). As mídias podem se tornar dimensão de cidadania na autorrepresentação do novo social, favorecendo as visibilidades de pessoas trans e de projeções de quem desejam ter e ser (BONIN, 2011), tornando essas redes em espaços de ação e emancipação (MARTÍNBARBERO, 2009) de suas corporalidades e vivências.

Entendendo a cidadania comunicativa como campo de disputa de sentidos, construção política e simbólica, que trabalha com diversidades e pluralidades de subjetividades (MORALES MEDINA, 2019; MALDONADO, 2013), procuramos avançar na compreensão da cidadania transcomunicativa, em que possam ser pensadas as identidades e corporalidades de mulheres transexuais e travestis de forma densa nos espaços comunicacionais e midiáticos, abordando suas reais pautas, que partam delas mesmas enquanto cidadãs. Cléo Soares, uma das construtoras da cidadania transcomunicativa reflete sobre a necessidade de propor projetos que façam mudanças efetivas na vida das pessoas e gerem reflexão para uma nova construção de histórias trans.

A gente vê muitas pessoas, e aí vai minha crítica aos pesquisadores, tanto da academia quanto das artes cênicas, do cinema, da televisão, do teatro, da moda, enfim, das várias áreas do entretenimento e do conhecimento. E eles dizem: “vamos fazer algo por elas, são tão interessantes e bacanas”. Sabe? Tentam trazer a temática para a pauta porque a gente sabe que isso vai enriquecer o currículo Lattes de um pesquisador, vai dar um Oscar de Melhor Ator ou Melhor Atriz para esse intérprete, vai dar Ibope para o programa ou não. Mas, de fato, o que muda a vida dessa pessoa, desse sujeito, dessa população que vive à margem? (CLÉO).

Algumas interlocutoras refletem sobre, e outras produzem aquilo que tenho chamado de cidadania transcomunicativa, uma forma de trans-comunicar na busca pela cidadania das mulheres trans e travestis. A provocação de Cléo remete ao que efetivamente tem sido feito em termos legislativos, políticos, midiáticos, acadêmicos e sociais de integração das pessoas trans e travestis. Quando elas aparecem, como aparecem? Quem trabalha com elas, trabalha o quê? A partir delas mesmas, estão produzindo conteúdos midiáticos porque não se veem naquilo que produzem sobre elas. Cléo, inclusive, aponta a participação de pessoas pesquisadoras, como eu, na formação dessas propostas de mudança. Pautar suas demandas, trazer visibilidade às suas realidades

e colaborar com seus projetos são parte de uma proposta de cidadania transcomunicativa, mas é preciso projetar, na dimensão concreta, o que efetivamente é transformado para a pessoa que está à margem e colaborando. A relevância social desse tipo de ação e pesquisa não é suficiente se não mudarmos as perspectivas em nossos espaços de luta e disputa por cidadania, nas dimensões de vida e trabalho, em que podemos usar das lógicas educacionais, midiáticas e investigativas para trans-formar outras pessoas (nas mídias, na escola e na universidade, em meu concreto mais específico) e combater as transfobias CISTemáticas.

Os referentes trans nas mídias ajudam outras meninas trans na construção de suas identidades e corporalidades. Conseqüentemente, na formação de epistemologias trans e travestis, quando refletem suas transições e compartilham através dos meios que têm disponíveis e onde podem disponibilizar, como um canal do YouTube. Natália Cassinelli, a mais jovem das interlocutoras reflete que não teve educação para o gênero na escola, mas os meios de comunicação, especialmente na internet, auxiliaram ela a entender sua própria identidade, porém sem amparo institucional.

Já lemos na escola textos sobre LGBTs, mas nunca sobre trans. Eu busquei sozinha e aprendi bastante coisa nos canais do YouTube e na série Pose. Aprendi também que existem muitos preconceitos. Acho muito importante a pessoa contar como ela vive, a vivência dela. Pose mostrou como as mulheres trans são e, no YouTube, a Mandy Candy contou o que passou e me fez pensar na minha história. A gente precisa falar sobre os tipos de gênero, de sexualidade, sentir que isso não é algo errado. Eu queria ter vivido isso e não pude na minha infância. As crianças LGBTs precisam disso. (NATÁLIA).

As demandas das interlocutoras vêm no sentido de uma visibilidade que dê existência às múltiplas dimensões e realidades das pessoas trans e travestis, de uma proximidade e abertura para discussão, para que a epistemologia delas seja validada nos espaços públicos, que seja possível serem sujeitas trans e travestis em qualquer espaço social. Natália reflete que não teve em sua infância uma referência ou algum meio no qual pudesse se enxergar, mas na adolescência já conseguiu se aproximar daquilo que sentia intimamente sobre sua identidade e corporalidade por uma série de TV e uma influenciadora digital. Michelly, que está nas ruas, reclama que as pessoas não conhecem as travestis, que precisam se fortalecer para não sucumbirem aos xingamentos e transfobia

que passam, porque os passantes não conseguem se colocar na pele delas. Um referente midiático verossímil e condizente com suas realidades, nesse caso, colaboraria com um melhor entendimento daquilo que elas passam e pelo que lutam.

Eu acho que seria importante pro povo saber a verdade sobre nós, que a gente não é aquilo que eles pensam, que eles mencionam. Que por trás de nós, do nosso rosto feliz, dessa alegria, muitas vezes, por dentro nós estamos chorando. Só que a gente tem que ser forte. Porque se nos deixarmos abater, ninguém vai vir ajudar nós. Nós temos que fazer por nós mesmas. Acho que o povo tinha que entender mais que ser uma travesti não é fácil. Eu queria que a pessoa que julga uma travesti se colocasse na pele da gente uma semana, fosse pra beirada de uma faixa. (MICHELLY).

Uma das principais motivações para pensar a cidadania transcomunicativa é a própria relação que tive com as interlocutoras. Antes delas, me questionava como era possível não ter tido contato com o conhecimento que elas produzem. E, quando tive, por que era considerado “baixo”, “proibido”, “pecaminoso”? O rompimento com os paradigmas binários e cisnormativos do meu próprio ser já me provocava para a criação de uma forma comunicativa de levar adiante um olhar real, da rua, da vida dessas pessoas para a universidade, a escola e as mídias, meus espaços de formação e profissão. No mínimo, para os locais que posso acessar. É uma forma de inserir, formar alianças e abrir brechas para que elas estejam comigo, para que seus conhecimentos sejam valorizados e que se construa cidadania dessa forma transcomunicativa.

O sofrimento das pessoas trans pode ser compreendido quando elas mesmas se veem em produtos, materiais e referências que as auxiliam na produção de seus corpos, identidades e saberes. Sensibilizar a cisgeneridade com as epistemologias trans e travestis é um caminho para combater a transfobia. Flavia, que residia na Casa Florescer em São Paulo, pensa que uma educação de gênero e das abordagens transgêneras, o compartilhamento das epistemologias travestis e trans em espaços institucionais e na escola, “ajudaria a me descobrir como pessoa trans de forma natural, de que isso acontece no ciclo da nossa vida. Ajudaria no sentido de outros alunos poderem assistir aquilo e compreender o que tava acontecendo com a gente naquele momento. Eles conseguiriam me entender mais”.

Esse é um dos pontos defendidos por Cléo, ao afirmar que as produções sobre pessoas trans, que abordem suas vidas, precisam ser desenvolvidas por elas ou, no mínimo, com a participação delas. Desse modo, podem ser vistas de modo coerente, para que sejam respeitadas e valorizadas.

Se você é um diretor de teatro e você quer montar um espetáculo sobre esse universo, então contrate atores e atrizes trans, tenha no palco esse corpo, essa voz, essa energia, essa emoção, essa autenticidade, o que é verdadeiro. Lógico que elas podem interpretar também outras personagens além delas mesmas. Tem atrizes e atores maravilhosos, mas vamos começar por aí. É o mínimo que a gente tá pedindo, pra gente representar a nós mesmas. Entendeu? (CLÉO).

A mulher trans ou travesti que tem a periferia como lugar de enunciação, como pensado por Morales Medina (2019), faz uma leitura das mídias a partir da sua condição. Flavia, Rihanna e Natalia destacam a série estadunidense *Pose* como um referente para pensar histórias sobre pessoas trans, porque as atrizes são trans e têm vivência da realidade de suas vidas. Elas têm diferentes posições sobre essa série. O que Flavia vê no modelo de corpo padronizado exposto em *Pose* também tem a ver com a sua forma de enxergar o mundo desde suas experiências e trajetória. Rihanna, em sentido parecido, a partir de suas relações com as mídias e de vida, pensa que *Pose* aborda as situações possíveis de ocorrer com mulheres trans e travestis de uma forma ridicularizada ou inverossímil.

Gostei da série da Pose, mas teve uma coisa que já não achei legal, que é a parte da violência, de esconder um corpo, essas coisas. [...] Aquela parte ali já não representa [...] Algumas séries também de mulheres trans que participam, pra mim muitas vezes é sugerida por diretores, você só pode mostrar até certas coisas, você não pode falar certas coisas, então ainda não tem nada que representam uma realidade de mulher travesti de verdade, que comente sua vida desde a sua infância até aqui, então nada tem representatividade grande ainda. Na minha vivência, não chega a me representar. (RIHANNA).

A série *Pose* é um dos produtos de mídias recentes que foi exaltado em grupos de mulheres trans nas redes sociais e midiáticas por trazer um elenco composto somente de mulheres trans representando seus papéis. No entanto, é um recorte das situações vividas

por frequentadoras de *ballrooms*, em Nova Iorque. São mulheres que se utilizam de espaços à noite para se unirem e performarem shows e desfiles dentro de um ambiente seguro, mas que durante o dia precisam enfrentar dificuldades em encontrar emprego, se prostituem e são abandonadas pelas famílias sanguíneas, formando outras famílias que chamam de “casas”. Na Espanha, a série *Veneno* traz a história de Cristina La Veneno desde a infância até o estrelato mundial e sua morte, acompanhando o processo de descoberta da identidade de gênero, transição, fama e abandono. No Brasil, apenas recentemente começam a surgir produtos que trazem mulheres trans ou travestis em protagonismo nos canais hegemônicos, apesar delas já terem papéis e estarem sendo reduzidos os casos de *transfake*. Neste sentido, Natasha reflete que a realidade de mulheres trans ainda está mais próxima do que é representado por mulheres cisgêneras em situação de marginalidade social.

Não tem algo que aproxime da nossa realidade. Isso é muito relacionado ao capitalismo, de tentar vender uma ideia de que as ricas lutaram pra ser quem elas são, então todo mundo pode. E a gente sabe que nem todo mundo pode. Teve uma novela que a Camila Pitanga fazia uma garota de programa, Paraíso Tropical. Eu quero saber por que não fazem algo mostrando uma travesti na esquina com a vivência? Jogando pedra, ela tentando uma entrevista de emprego e a pessoa abertamente dizendo que não, ela indo no posto de saúde e sendo maltratada. Isso mexeria mais, isso faria com que as pessoas em casa olhassem e pensassem: “gente, elas passam por tudo isso?” Ela poderia começar na esquina, tentar sair e terminar a novela na esquina. Porque essa coisa de final feliz ainda não existe pra nós. Não tem final feliz pras meninas semianalfabetas que estão na esquina. Não tem. (NATASHA).

Tanto para dar esperança quanto para abordar as realidades, as mídias precisam desenvolver novos modos de contar histórias sobre vidas trans. A Cidadania Transcomunicativa precisa ser colocada em exercício por todas as pessoas envolvidas na comunicação, seguindo os exemplos de construção das mulheres trans e travestis. Através delas, conseguimos pautas, mobilizar e efetivar mudanças significativas para o futuro da comunicação, da cidadania e das pessoas trans e travestis.

CONSIDERAÇÕES

No campo da comunicação ainda são poucas as produções relacionadas às temáticas trans e travestis. Recentemente, há uma emergência da produção acadêmica sobre elas e, também, uma maior representatividade política e midiática. Na academia, poucas teóricas e pesquisadoras trans e travestis aparecem nas buscas dos portais de periódicos, teses e dissertações, como percebido nas pesquisas bibliográfica e da pesquisa realizadas na tese. (LUZ, 2022).

Nas mídias hegemônicas, no entanto, são poucas as produções e, em geral, limitadas a estereótipos, usando de recurso *transfake*, produções estas que, na sua maioria, são pensadas e concebidas por pessoas cisgêneras. Das próprias interlocutoras emerge a necessidade de uma visibilidade mais densa e com participação de mulheres trans e travestis nos meios de comunicação. Entendendo a ciência e a produção de conhecimento como dimensões coletivas e contributivas, penso que as epistemologias dessas pessoas devem estar presentes nos ambientes da academia, a fim de que também ocupem esse espaço com suas sabedorias.

Eu falo disso num vídeo. De que maneira você vê a sociedade e de que maneira a sociedade vê você? Eu falo exatamente disso. Eu acho que a maneira como as pessoas me veem... as pessoas que realmente me conhecem e o que eu já ouvi dessas pessoas, vou usar elas como sociedade, é que eu sou uma pessoa que eu luto bastante pelo que eu quero, que eu sou uma pessoa centrada, tenho foco e que eu sou muito corajosa. Eu acho que é dessa maneira que as pessoas me veem. E eu me vejo dessa forma também. (FLAVIA).

As mídias podem colaborar na produção de cidadania transcomunicativa quando se há espaço para esse tipo de discussão, partindo das mulheres trans. Precisamos avançar nas reflexões sobre suas corporalidades, identidades, relações com as mídias e processos comunicacionais que nos colocam próximos de suas realidades e dos contextos em que produzem seus conhecimentos.

Elas provocam indagações sobre privilégios, espaços de poder e de luta, dentro de um tempo histórico em que as mídias também se reconfiguram, abrindo espaços para visibilidades, mas que ainda são lugares que precisam ser disputados por elas. Isso

colabora numa trans-formação de quem se dedica a formar alianças contra a opressão e o preconceito transfóbico responsável por mortes, abandonos e falta de afeto.

Essa produção de conhecimento das interlocutoras, combinada às reflexões teóricas, possibilita pensar em possibilidades para uma ação cidadã voltada especificamente para elas, porque também é formada por elas. Por isso, considero a proposta da cidadania transcomunicativa potente para pensar outras formas de cidadania que sejam dialógicas e afetuosas para serem exercidas, valendo-se da comunicação para transcomunicar seus desejos, sonhos e vontades, e disputar sua cidadania.

REFERÊNCIAS

BONIN, Jiani Adriana. Revisitando os bastidores da pesquisa: práticas metodológicas na construção de um projeto de investigação. In: MALDONADO, Alberto Efendy et al. **Metodologias de pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011. p. 19-42.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania**. São Paulo: Loyola, 2005.

LUZ, Paulo Júnior Melo da. **Cidadania transcomunicativa: processos comunicacionais de mulheres transexuais e travestis**. 2022. 303 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2022.

MALDONADO, Alberto Efendy. A perspectiva transmetodológica na conjuntura de mudança civilizadora em inícios do século XXI. In: MALDONADO, Alberto Efendy; BONIN, Jiani Adriana; ROSÁRIO, Nísia Martins. **Perspectivas metodológicas em comunicação: novos desafios na prática investigativa**. Salamanca: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2013. p. 31-57.

MALDONADO, Alberto Efendy. Transmetodología, cidadania comunicativa e transformação tecnocultural. **Intexto**, Porto Alegre, n. 34, p. 713-727, set./dez. 2015.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.

MATA, Cristina. Comunicación y ciudadanía. Problemas teórico-políticos de su articulación. **Revista Fronteiras** - estudos midiáticos, São Leopoldo, v. 3, n. 1, jan./abr. 2006.

MORALES MEDINA, Deicy Yvets. **O corpo travesti**: a memória dos sujeitos comunicantes, Brasil. 2019. 184 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2019.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

PERUZZO, Cíclia Maria Krohling. A comunicação no desenvolvimento comunitário e local, com cibercultur@. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓSGRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO – COMPÓS, 21, 2012, Juiz de Fora. **Anais eletrônicos...** Juiz de Fora: Compós, 2012. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1803.pdf. Acesso em: 21 fev. 2022.

SOUSA, Leila Lima de. **Aprender-sendo**: cidadania comunicativa e existências comunicacionais de mulheres negras de Codó e Imperatriz, no Instagram. 2021. 412 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2021.